



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**  
**Ata da 29ª reunião, realizada em 4 de agosto de 2022**

1 Em 4 de agosto de 2022, reuniu-se extraordinariamente a Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas  
2 (CEM) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria  
3 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes  
4 conselheiros titulares e suplentes: o presidente Renato Teixeira Brandão, representante da SEMAD. Representantes  
5 do poder público: Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Mariana Gabriela de  
6 Oliveira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Nádia Lima Sousa Madureira Silva, da  
7 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Márcio Roberto Ferreira de Oliveira Ribeiro, da  
8 Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Carolina Lobello Lorensini, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
9 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Alfredo Marques Diniz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de  
10 Minas Gerais (Crea-MG). Representantes da sociedade civil: Alison Frederico Medeiros Ferreira, da Federação das  
11 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de  
12 Energia Limpa (Abragel); Lidiane Pedra Vieira Melo, da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro  
13 (Angá); Paulo José de Oliveira, do Espeleogruppo Pains (EPA); Victor Pires Gonçalves, da Sociedade Mineira de  
14 Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional  
15 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Renato Teixeira Brandão declarou aberta a 29ª reunião da Câmara de Políticas  
16 de Energia e Mudanças Climáticas, registrou o quórum regimental e informou que foi justificada a ausência do Centro  
17 Universitário Una. Registrou ainda a presença dos convidados, representantes da Cemig, da Federação da Agricultura  
18 do Estado de Minas Gerais (Faemg), da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do Centro de Inteligência Territorial  
19 (CIT) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**  
20 Não houve manifestações. **4) EXAME DA ATA DA 28ª REUNIÃO.** Item retirado de pauta pela Presidência, a pedido  
21 da Secretaria Executiva, pelo motivo de não ter sido possível a disponibilização da ata da 28ª reunião da CEM de  
22 forma completa para os conselheiros. Deverá ser pautado novamente na próxima reunião. **5) RESULTADOS PARA O**  
23 **4º INVENTÁRIO ESTADUAL DE EMISSÕES E REMOÇÃO ANTRÓPICAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE).**  
24 **Apresentação: FEAM e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade.** Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu  
25 queria registrar um marco nesta reunião da importância do trabalho que foi feito tanto pelo ICLEI, CIT e outros atores  
26 na confecção desse documento, que vai servir de base para o Plano, e da importância desse documento para o Estado  
27 e para as ambições do Estado com relação à mitigação dos gases de efeito estufa. Agradecer às equipes que estiveram  
28 envolvidas, tanto do Estado quanto dos parceiros, nesse projeto.” Após essa abertura do item 5 pela Presidência,  
29 foram feitas as apresentações pautadas sobre os resultados para o 4º Inventário Estadual de Emissões e Remoção  
30 Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE). Alessandro Ribeiro Campos, do Núcleo de Sustentabilidade, Energia e  
31 Mudanças Climáticas, da FEAM, fez a apresentação do Plano Estadual de Ação Climática. O conteúdo da apresentação  
32 foi disponibilizado no site da SEMAD. Em seguida, Leta Vieira, Marina Lopes e Iris Coluna, do ICLEI, fizeram  
33 apresentação dos resultados do Inventário Estadual. Encerradas as exposições, foram registradas as manifestações  
34 a seguir. **Debates.** Renata Maria de Araújo/FEAM: “Bom dia, senhores conselheiros. Eu sou Renata Araújo, chefe de  
35 Gabinete da FEAM, assumo neste momento a Presidência da Câmara e agradeço a todos os conselheiros, a todos os  
36 participantes, à nossa equipe do Núcleo, na pessoa do Alessandro, à equipe do ICLEI, nas pessoas da Leta, Marina e  
37 Iris. Passa para os senhores, rapidamente, a abertura do espaço de perguntas.” Rodrigo Bellezoni/Centro de  
38 Inteligência Territorial (CIT/UFMG): “Bom dia a todos, presidente, todos os conselheiros, todos que participam desta  
39 reunião. Primeiramente, eu gostaria de agradecer o trabalho do ICLEI, pela apresentação da Iris e toda a sua equipe.  
40 É um trabalho que, para quem vai atrás desse tipo de dado, trabalha com inventário, com esse tipo de levantamento,  
41 sabe da dificuldade que é conseguir obter essas informações. Realmente, muitas vezes, são informações muito  
42 difusas, muito dispersas por aí. Então é um trabalho de formiguinha mesmo levantar todos esses dados, ainda mais  
43 em um curto espaço de tempo. Eu me lembro que a nossa reunião anterior foi cerca de dois meses atrás, se não me  
44 engano. Então realmente é um trabalho que exige muita energia. Então, primeiramente, parabéns pelo levantamento  
45 e pela conclusão do Inventário. Eu só teria alguns pontos para comentar e, primeiro, uma pergunta. Quando você

46 apresentou, eu anotei sobre emissões fugitivas. Se você puder voltar àquele slide, por favor, de emissões fugitivas.  
 47 Eu não sei se entendi a mensagem corretamente, porque ali você apresentou um panorama de todos os setores, e  
 48 ficou um pouquinho confuso. Se você puder voltar, eu te faço uma pergunta específica. Emissões fugitivas. Esse  
 49 gráfico na esquerda, de participação, de contribuição. A minha leitura é que ele é justamente um gráfico de  
 50 participação por setor. Então quanto que a agricultura, o doméstico, o industrial contribuíram para as emissões? Se  
 51 não me engano, é o quadro dos resíduos. Você disse que são emissões fugitivas do setor de energia. Quando eu olho  
 52 esse gráfico, eu vejo agricultura, doméstico, comercial. Isso ficou um pouquinho confuso para mim. Seriam emissões  
 53 fugitivas desses setores, é uma participação de cada setor, qual é a conclusão dessa figura?" Iris Coluna/ICLEI: "Nós  
 54 consideramos as emissões fugitivas. Elas estão associadas, principalmente, à produção de energia. Tem no processo  
 55 de refino do petróleo, vai ter uma emissão fugitiva associada a isso. E o que aconteceu foi que obtivemos esses dados,  
 56 e as emissões fugitivas contribuem só 5% nas emissões do setor. Nem 5%, é uma contribuição bem pouco  
 57 significativa. Mas o que aconteceu – e aí eu acho que é uma coisa que podemos ajustar; obrigada pelo comentário –  
 58 é que estamos incluindo essas emissões relacionadas com as emissões fugitivas em indústria de energia, porque  
 59 obtivemos o dado agregado da refinaria. Então as emissões fugitivas estão inclusas dentro de indústria de energia.  
 60 No documento de texto, nós tentamos detalhar isso, mas eu vou me atentar para deixar isso mais claro." Rodrigo  
 61 Bellezoni/Centro de Inteligência Territorial (CIT/UFMG): "Era a esse ponto que eu queria chegar, porque justamente  
 62 eu entendo como emissões fugitivas, na maioria delas, atreladas ao setor energético, e são no geral emissões de  
 63 processos, como você acabou de falar. Emissões de refinaria, emissões de conversão, emissões de um gasoduto, de  
 64 repente. Então um processo desse tipo. E quando vemos esse gráfico e a classificação dele por doméstico, agricultura,  
 65 comercial, saímos do mundo dos processos industriais e começamos a pensar 'de onde vem emissão fugitiva na casa  
 66 das pessoas, no setor doméstico, de onde viria uma emissão fugitiva no setor agrícola?' Então, se esse gráfico não  
 67 está relacionado com as emissões fugitivas, tira ele daí ou dá outro nome para ele, para não dar confusão. Seria a  
 68 minha sugestão. Agora, se você tem dado específico sobre as emissões fugitivas, explora o que tem. Como você falou  
 69 da refinaria, que foi dado direto com a Petrobras, com certeza eles têm o controle das emissões fugitivas, e isso é  
 70 dinheiro sendo desperdiçado, inclusive na forma de gás natural, que é um combustível. Então esse controle você  
 71 poderia focar no setor energético e talvez rever esses termos agricultura, doméstico, industrial. Porque não é comum  
 72 ver esse tipo de classificação quando se fala de emissões fugitivas. A não ser que tenha outros processos e você tenha  
 73 identificado emissões fugitivas em um processo agrícola, especificamente, e joga no setor de Afolu, no setor agrícola,  
 74 e explica que tem emissões naquele setor, se for o caso. Esse é um ponto, só para dar uma arredondada,  
 75 principalmente na parte escrita. E aí já falando da parte escrita e entrando em Afolu, que você mencionou da redução  
 76 dos rebanhos, que vocês fizeram essa análise. Nas considerações finais – eu imagino que esteja no texto de Afolu –,  
 77 você falou da redução do rebanho por conta de uma eventual crise econômica, que isso impacta no consumo,  
 78 impacta na projeção das fazendas e no tamanho do rebanho para produção de carne e leite. Legal, isso é um  
 79 argumento, de fato. Agora, outra coisa que eu queria levantar, e até trazendo um pouquinho para o nosso lado, da  
 80 UFMG, é que recentemente tem havido uma pressão crescente dos mercados que importam carne, produtos de  
 81 proteína animal do Brasil, principalmente a União Europeia. E o aumento da restrição em determinado tipo de  
 82 produto relacionado a desmatamento, por exemplo. Esse aumento da pressão pela rastreabilidade da cadeia  
 83 produtiva vem fazendo com que alguns fornecedores sejam excluídos dessa cadeia. Então talvez isso também venha  
 84 impactar o tamanho do rebanho nos pastos, e não só isso, o número de produtores aqui no Estado, por conta de  
 85 restrições de mercado para exportação de uma carne agora não tão sustentável, já que está aumentando a pressão  
 86 pela rastreabilidade. E nesse ponto eu vi que vocês fizeram a diferenciação por bioma, eu achei bem legal, foi até  
 87 uma conversa que aconteceu na reunião passada, de tentar trazer uma análise espacialmente explícita para entender  
 88 qual região tem mais vocação, onde as emissões ocorrem. E foi bem interessante esse avanço que vocês fizeram. Eu  
 89 gostaria só de aproveitar a oportunidade de mencionar que a UFMG tem um acordo de cooperação técnica com o  
 90 governo de Minas na intenção de fazer a implementação da plataforma Selo Verde, que temos no Pará, que é  
 91 justamente para monitorar as mudanças no uso e ocupação do solo, tanto da parte agropecuária, como florestas,  
 92 incluindo remoções, que vocês levantaram aí, agora para o Estado de Minas. E isso nós vamos fazer no nível, na  
 93 verdade, da propriedade. Temos um sistema que relaciona informações de cada imóvel pelo Cadastro Ambiental  
 94 Rural, relaciona com imagens de satélite – e daí vem o argumento de ser espacialmente explícito –, e conseguimos  
 95 chegar ao nível da propriedade, o quanto aquela propriedade está em acordo ou não com o Código Florestal. E se  
 96 tem um déficit ambiental nós conseguimos estimar as emissões. Então só para deixar isso no radar, que vamos evoluir  
 97 nos próximos meses essa parceria com o governo, tendemos a mapear todo o território de Minas. E após esse

98 exercício seria legal voltarmos, de repente, termos uma oportunidade para conversar com vocês responsáveis pelo  
 99 inventário para refinar alguns pontos e usar informações do seu inventário, o inventário oficial, no nosso  
 100 mapeamento, em uma escala mais refinada, e, de repente, conjuntamente, chegar a um refinamento do Zoneamento  
 101 Ecológico-Econômico, inclusive, por incluir emissões nesse zoneamento. Então não só temos potenciais ecológicos,  
 102 mas potenciais econômicos, e daí entender quais são as regiões com maior emissão. Então só para fazer esse gancho  
 103 de todo esse contexto e ligar a essa questão espacialmente explícita, que temos trabalhado nessa ferramenta, e com  
 104 certeza o resultado de vocês vai ser de grande valia para evoluirmos nesse processo, que é para entender melhor as  
 105 emissões do Estado, com esse primeiro grande passo de vocês. E eu agradeço a apresentação. Obrigado pelo  
 106 esclarecimento.” Iris Coluna/ICLEI: “Rodrigo, eu estava pensando um pouquinho em relação ao seu primeiro  
 107 comentário. Eu achei ótimo, e é uma coisa que realmente nem estava no nosso radar no processo da produção do  
 108 relatório. Sobre essas restrições econômicas. Mas eu estava pensando se em 2019 já observávamos esse movimento.  
 109 Nós temos acompanhado isso mais recentemente, não sei se até o período analisado podemos incluir também essa  
 110 informação ou se há restrição, se já estava se direcionando para isso. Eu acho também que fica para nós fazermos  
 111 essa lição de casa, para bater esses períodos. Sobre essa iniciativa, uma das coisas que sempre falamos é que o  
 112 inventário é o retrato daquele momento e que é sempre passivo de atualizações e melhorias. Então eu acho que,  
 113 quanto mais o Estado se apropriar dessa informação e ter uma retroalimentação de informações mais específicas,  
 114 isso vai fortalecer bastante a atuação do Estado.” Rodrigo Bellezoni/Centro de Inteligência Territorial (CIT/UFMG):  
 115 “Com certeza. A intenção é essa. Obrigado. E sobre o seu comentário é isso mesmo, a pressão é um pouquinho mais  
 116 recente, mas em 2019 já existia. Inclusive, tem outros fatores em 2019, que teve uma certa crise global também em  
 117 2018, afetando esse mercado, e aí o papel da China passa a ser importante. Inclusive agora em tempos mais recentes.  
 118 Uma vez que a União Europeia deixa de comprar certos produtos por conta do desmatamento, a China já não é tão  
 119 criteriosa, então o Brasil escoar para outro lugar, e é uma forma de driblar certas restrições. Então o papel da China  
 120 em 2018 e 2019 foi mais importante, porque naquele momento a China tinha uma demanda diferente da atual e  
 121 neste momento da União Europeia. Uma coisa que seria legal abordar, rapidamente, nada de fazer um estudo  
 122 complexo, mas algumas variáveis macroeconômicas que impactam a demanda de produtos, de commodities no  
 123 Brasil. Situação macroeconômica no mundo, em outros países impactando a demanda no Brasil, e indiretamente isso  
 124 afeta as emissões, porque o nosso sistema produtivo é baseado em emissões, como qualquer outro. Obrigado, mais  
 125 uma vez, parabéns pelo trabalho, e vamos falando para melhorar esse serviço de utilidade pública. Agradeço.” Renata  
 126 Maria de Araújo/FEAM: “Nós que agradecemos pelas contribuições, Rodrigo.” Ana Paula Bicalho de Mello/Faemg:  
 127 “Bom dia, Renata, todos os demais presentes. Eu vou resgatar um pouquinho só do que falei na reunião passada,  
 128 porque na época eu mencionei muito a questão das emissões líquidas em lugar das brutas e também a questão  
 129 metodológica. Então, reforçando isso um pouco, nós sabemos que... E aí que eu percebi muito. Primeiro foram  
 130 mostradas as emissões brutas, depois foi feito um gráfico de remoção baseado em três critérios mínimos – áreas  
 131 protegidas, vegetação secundária e remoções por transição de uso da terra, se eu entendi bem. E aqui eu queria  
 132 ressaltar o seguinte. Não são só esses três itens de remoção. Se eu tenho uma transição de pasto para agricultura,  
 133 claro, eu tenho mudança no fator de emissão. Mas não é só isso, eu tenho mudanças tecnológicas, eu tenho um  
 134 Plano ABC+, que foi lançado recentemente, que colocou a marca do potencial de remoção de 1,1 bilhões de toneladas  
 135 de carbono equivalente. Isso não é, vamos dizer, por contabilizar vegetação nativa ou por transição de uma atividade  
 136 para outra, mas de uso de tecnologia, de melhoria dentro das áreas produtivas, pastagens recuperadas com remoção  
 137 de emissão, com saldo positivo, com balanço positivo; são tratamentos de dejetos, afixação biológica de nitrogênio,  
 138 a questão genética, e aí entra também na questão que foi dita de redução do rebanho. De repente, eu não preciso  
 139 de um rebanho numérico do mesmo tamanho para aumentar a produção de carne, para aumentar a produção de  
 140 leite. Eu tenho tecnologia, tenho evolução e melhorias genéticas que permitem isso, que permitem uma maior  
 141 conversão em alimentos usando menos recursos. Então essa parte tecnológica, e o potencial de captura de carbono  
 142 dentro das atividades produtivas agropecuárias é gigantesco. Pelo que eu percebi, nada disso entrou. O que entrou  
 143 de remoção foram áreas protegidas. Áreas protegidas pela legislação são as unidades de conservação. Aí é uma coisa  
 144 que tem que ver metodologicamente por que entrou, de fato, porque áreas protegidas, com esse nome, são as  
 145 unidades de conservação. Tem áreas que têm restrições, aí nós temos o Código Florestal Brasileiro, que aí estamos  
 146 falando de áreas privadas, enfim, dentro das propriedades rurais, dos imóveis rurais, e que eu tenho um grau de  
 147 responsabilidade de preservação de reserva legal, de áreas de preservação permanente ou das áreas que o produtor  
 148 rural quiser além disso. É engraçado que muitos produtores rurais têm um excedente de vegetação nativa em relação  
 149 ao Código Florestal, mas também têm um passivo. Às vezes, a pessoa tem uma beirada de uma APP que é um passivo

150 e ao mesmo tempo tem mais de 50% da propriedade que é vegetação nativa. E isso não está incluído em 'áreas  
 151 protegidas', legalmente falando, não está incluído em 'áreas protegidas', com esse nome. Não sei se na metodologia  
 152 houve essa entrada. Se houve, tem que ser descrito. A pessoa para poder entender o inventário tem que ter a  
 153 descrição correta daquilo que entrou e não entrou, para não gera dúvidas. Na remoção, entraram também as  
 154 vegetações secundárias, que estou imaginando que são o que houve de regeneração. Então as vegetações  
 155 secundárias eu estou imaginando que foram as áreas regeneradas. E essa transição de uma atividade em outra. E  
 156 aqui eu resalto de novo, não é isso, isso é uma das coisas, mas tem 1,1 bilhões de toneladas de carbono equivalente.  
 157 Lógico que isso não é tudo em Minas Gerais, isso é no Brasil, até 2030, mas dentro do ABC+. Não é mudança de  
 158 atividade, é tecnologia, melhoria, dentro de uma atividade, uso de tecnologia, em essência. Eu também queria trazer  
 159 e vou falar um pouquinho em cima da fala do Rodrigo. Na reunião passada, alguém – eu não me lembro agora quem  
 160 – sugeriu ter um mapa ou ter uma coisa assim das emissões, e eu lembro que sugeri 'então vamos também ter um  
 161 mapa das remoções'. Por que eu fico insistindo nisso? Não é chatice não, gente. Eu fico insistindo nisso porque, como  
 162 estamos tratando de uma metodologia que tem que abarcar uso de combustíveis fósseis, que estão ali guardados há  
 163 milhões, bilhões de anos, e de repente esse troço solta para a natureza, eu também tenho que tratar de toda uma  
 164 gama de atividades, entre elas a agropecuária. E aí, comparativamente a alguns processos industriais e outros, eu  
 165 não tenho um processo na agropecuária que 'bom, aqui emite, então, se estou emitindo, eu vou plantar x árvores,  
 166 então vou capturar o que emitiu ou vou mexer nesse processo aqui para poder emitir menos e tal'. Na agropecuária,  
 167 emissões e remoções ocorrem e são intrínsecas ao processo como um todo, a agropecuária é, o que chamamos, uma  
 168 'indústria a céu aberto'. É na natureza, é no solo, não tem muito como separar muito esses processos. E aí eu sei, de  
 169 novo, que temos que nos enquadrar em uma metodologia que foi feita para abarcar tudo dessa forma. Por isso que  
 170 fica ruim ver assim nesse sentido. E ao mesmo tempo tem que enquadrar em metodologia internacional, temos que  
 171 enquadrar em metodologia feita pelos países que não têm a legislação que nós temos, que não têm um Código  
 172 Florestal, que não tem agricultura tropical que nós temos, não têm três safras no ano, não têm a bovinocultura com  
 173 pasto, é chamado boi verde, confinamento, uma parte só do ano. É muito diferente, as diferenças são gritantes. Por  
 174 isso que o Brasil, quando vai falar lá fora da sua agropecuária, impressiona. O Brasil costuma impressionar muito  
 175 positivamente pelo potencial agroambiental da sua agropecuária. Eu falei que ia falar um pouco da fala do Rodrigo é  
 176 nesse sentido. Nós temos mania de ficar ressaltando o que tem de ruim, vamos ressaltar o que tem de bom, vamos  
 177 mapear o que tem de bom. No seguinte sentido: claro, o Rodrigo está falando por questões de mercado, o que o  
 178 mercado quer olhar, mas o mercado quer olhar as coisas positivas também, não é só 'esse tal é oriundo de  
 179 desmatamento, esse está irregular'... 'Esse está irregular, vamos corrigir esse aqui, mas esse aqui tem um ativo  
 180 ambiental assim, assim, assado'. Você falou 'ah, vou mapear esse aqui'. 'Teve um déficit de vegetação, então qual foi  
 181 a emissão?' 'Está bom, então do outro lado, esse outro aqui teve um acréscimo de vegetação. Então qual foi a  
 182 remoção, qual que foi o estoque? Essa aqui adotou uma tecnologia diferente: qual que foi a remoção dentro dessa  
 183 mudança tecnológica?' Então é treinar os olhos mesmo, estamos falando da questão climática e precisamos também  
 184 mapear aquilo que fazemos de positivo. Aonde nos enquadrados nessas 1,1 bilhões de toneladas de captura de  
 185 carbono colocadas pelo ABC+? Nós precisamos mapear. Então essas questões todas não foram previstas, nós  
 186 precisamos começar a mexer com isso, porque é aí que está o nosso potencial. Se formos medir, por exemplo, só a  
 187 questão de emissões, a agropecuária é feita em ciclo, ela tem dentro de si mesma emissões e remoções. E não são  
 188 só essas colocadas, eu já estou ressaltando aqui de forma muito clara. E aí eu vou voltar também para o Alessandro,  
 189 para o Renato, lembrar que a Faemg, junto com a Fiemg e o governador do Estado, esses três atores assinaram o  
 190 Race to Zero. Então em que pese, claro, a importância da consulta pública, eu duvido que consigamos fazer, dentro  
 191 desse tempo curtíssimo, essas considerações, mas esses três atores são peças fundamentais, representando a  
 192 agropecuária do Estado, a indústria do Estado e o próprio governador, o próprio Estado de Minas, e precisam sentar  
 193 juntos e ver qual vai ser o plano de ação para poder chegar ao zero em 2050. Esses três atores que assinaram esse  
 194 documento precisam sentar, os três, juntos e construir de forma conjunta. Eu estou falando isso, ressaltando, porque  
 195 já conversei, enfim. Vou deixar aqui novamente esse posicionamento. Parabéns pelo esforço. Eu sei que não é fácil.  
 196 Estou fazendo essas várias observações, mas sei que a matéria é complexa. Enquanto sendo capacitados para a  
 197 metodologia, nós percebemos isso de forma muito clara, nós temos muita dificuldade de enquadrar certas coisas da  
 198 agropecuária tropical brasileira dentro das metodologias e percebemos a complexidade de entendimento mesmo.  
 199 Então eu sei que foi um grande esforço, mas estou fazendo aqui essas observações no sentido construtivo, que  
 200 entendo que precisamos avançar, melhorar e também treinar o olhar para o que temos de positivo, começar a medir  
 201 e fazer o que temos de positivo também chegar lá fora, enfim, que Minas consiga contribuir mais no total do Brasil

em relação ao mundo. Porque nós temos muito potencial e muita coisa que não foi ainda mensurado. E agradeço também ao Renato e demais que gerenciam a Câmara, o Alessandro, pelo convite feito à Faemg para participar. A Faemg não faz parte da CEM, eu estou falando aqui com convidada e não como conselheira. Já aproveito para colocar a nossa manifestação que, em uma renovação de mandato, nós possamos participar. Porque pelos resultados vistos aqui e por todas essas colocações eu acho bastante importante esse setor da economia estar representado na CEM. Obrigada.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Obrigado, Ana Paula. Eu acho que é essa a ideia mesmo de fazermos essa discussão com todos os atores. Realmente, foi um marco importante a assinatura do governador, junto com os setores produtivos, desse desafio que é zerar as emissões até 2050. Nós estamos aqui, inicialmente, discutindo o Inventário, que é um inventário que tem, sim, uma metodologia que vem de uma metodologia internacional, mas que buscamos trazer os dados dos setores brasileiros, usando dados que o próprio setor gerou, tanto da parte de emissão como de outras, de captura. Então eu acredito que nós também, nessa discussão desse caminho que vamos ter, vamos ter a identificação eventual de eventuais dados em que possamos ter que evoluir ainda no âmbito do Brasil de uma tropicalização, vamos chamar assim, desses dados. Mas os dados que já existem foram considerados, para este Inventário, e buscamos dados nacionais dessas informações. A metodologia, sim, é uma metodologia internacional, mas os dados que buscamos junto aos setores, às instituições de pesquisa foram dados nacionais. Eventualmente, podemos evoluir nessa tropicalização, e o próprio Plano pode indicar isso, que precisamos discutir alguns setores, entendendo esses setores dentro do âmbito nacional, com as suas características, com as suas peculiaridades. Obrigado pela fala. Pode ter certeza de que vamos fazer uma discussão ampla com relação ao Plano. A ideia é que façamos uma discussão bem ampla. Logicamente, o inventário tem uma padronização internacional, como colocamos, e nós buscamos os próprios setores com os dados. Então estamos abrindo uma consulta, que esperamos contribuições, sim, mas é, vamos dizer, um escopo de um estudo mais fechado, do ponto de vista de metodologia e de inserção de dados. Mas para o Plano a ideia é que façamos uma discussão com os dois setores que assinaram junto com o governador, mas com a sociedade de forma geral, porque o Plano vai abarcar relações que vão também para os municípios, que têm que ser ouvidos, e para outros atores da sociedade de forma geral. Então nós vamos fazer essa discussão. A ideia é que façamos essa discussão. E a Faemg tem participado dos treinamentos, participou de todos os treinamentos que tivemos sobre o Inventário, justamente para estarmos juntos e estarmos discutindo essas questões. Então a própria tropicalização eu acho que vai ser, para alguns setores, uma das ações que podemos colocar no nosso Plano de Ação para que tenhamos uma realidade mais próxima ao que o Brasil tem e ao que o Estado tem. Fica também esse chamado aqui para ver o que podemos evoluir nesses dados do Inventário e, eventualmente, trazer para a nossa realidade melhor. Eu vou passar, Iris, Leta também, se quiserem fazer uso da fala, e o Alessandro, fiquem à vontade para pontuar as questões trazidas pela Ana Paula.” Leta Vieira/ICLEI: “Se você me permite, Renato, eu só queria corroborar. Quer dizer, nós estamos em uma etapa que é o inventário, e ele tem uma metodologia que às vezes nos engessa em algumas coisas. Mas, se modificamos essa metodologia em função de uma realidade, passamos a ter um inventário que não é auditável internacionalmente, não pode ser comparado com as outras metodologias. Ao mesmo tempo, neste percurso que estamos fazendo, o Plano de Ação Climática se coloca exatamente nesse momento. Quer dizer, o Plano ABC, claro, é superimportante, mas é exatamente um plano de ações futuras e como executar. Então ele vai ser extremamente importante a ser considerado neste momento do Plano, que aí nós conseguimos nos colocar de uma forma mais específica. Mas abro aqui para a Iris, que é a nossa especialista em inventário. Talvez ela tenha soluções diferenciadas.” Iris Coluna/ICLEI: “Eu acredito que foi muito bem colocado, nós entendemos que tem uma série de remoções que acabam não sendo contabilizadas no inventário. E também essa questão do avanço da agricultura. Tem até um gráfico de um projeto chamado Sistema de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, chamado SEEG. Eles fazem uma análise da produtividade agrícola, agropecuária e de emissão, e aí você consegue perceber que a produtividade está aumentando, e a emissão não está aumentando, ela vai se mantendo. Então está indicando que estamos emitindo menos por produção agrícola ao longo dos anos. Mas é isso, nós contabilizamos as remoções e emissões que estão consideradas na metodologia do inventário. E muitas das coisas que você comentou, essa coisa do manejo, dos dejetos, do aumento da produtividade por cabeça, essas coisas vão entrar justamente na discussão do Plano de Ação. Nós até vamos falar um pouquinho aqui depois sobre esses próximos passos, mas eu acho que a contribuição de vocês na elaboração do Plano, na definição de metas e medidas, vai ser muito importante.” Alessandro Ribeiro Campos/Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas, da FEAM: “Presidente, eu queria complementar e, inicialmente, claro, agradecer as ponderações da Ana Paula, também do Rodrigo, trazendo pontos superimportantes. Não desconhecidos, porque já falamos disso várias vezes. Eu também não quero ser repetitivo, já foi falado pelo Renato e a Iris sobre a questão

254 metodológica. O que estava dentro do nível de possibilidades de tentarmos representar o território de forma mais  
 255 precisa foi o alvo, o objetivo e o que tentamos fazer, esse arranjo, envolvendo diretamente as áreas dos setores.  
 256 Também aproveitar um parêntese e fazer agradecimento à Carol, da Seapa, que liderou isso, junto com o Pedro, na  
 257 Seapa, articulando com o Sistema; e as unidades de pesquisa, a Epamig e as outras unidades. Quero agradecer ao  
 258 Rodrigo também pelas colocações e contribuições que ele vem trazendo nesta e nas reuniões anteriores. Eu entendi,  
 259 Rodrigo, a possibilidade de trabalharmos juntos no âmbito do Selo Verde como uma proposta, e do nosso lado é uma  
 260 proposta bem recebida, articular um projeto, dentro do protocolo de intenções que vocês têm, para  
 261 desenvolvimento dessa ferramenta, contribuir e receber contribuições ao mesmo tempo. Na questão metodológica,  
 262 é essa questão realmente, estamos lidando com uma metodologia que é padronizada, não tem uma possibilidade  
 263 dentro desse escopo de trabalho. Eu acho que podemos pensar da seguinte forma: esse projeto tem um objetivo  
 264 específico, que é construir esse instrumento, que é o Inventário. Não temos, como já falei, flexibilidade para mudar  
 265 muito em termos metodológicos, o que conseguimos avançar muito é trabalhar muito bem os dados, e os dados  
 266 foram muito bem trabalhados. É claro que sempre é possível, então esperamos esse olhar e ver mais possibilidades  
 267 de melhoria. Dentro desse prazo nós vamos estar abertos a recepcionar isso e discutir para melhorar. Mas o ponto  
 268 que eu quero colocar é que temos que ter realmente essa demanda de representar as tecnologias. Em especial, o  
 269 Plano ABC-MG, dentro dos inventários, é uma coisa reconhecida, urgente, importante. Isso está no nosso radar desde  
 270 o início, nós conversamos sobre isso, em fevereiro, na reunião do Comitê Gestor do Plano ABC-MG, com o Fernando.  
 271 E pensando como poderia ser feito nós temos que conduzir isso, tem que ser conduzido isso para conseguirmos  
 272 alcançar um momento para fazer a conexão, trazer para dentro das metodologias dos inventários. Mas tem que ser  
 273 algo coordenado, no nível nacional, para não perdermos alinhamento desses dois escopos territoriais, e isso  
 274 articulado para melhoria em âmbito internacional também. O que eu quero dizer é que tem as limitações ainda a  
 275 serem avançadas, de serem preenchidas algumas questões em termos de pesquisa. Ao mesmo tempo em que  
 276 queremos que avancemos para incorporar, precisamos que avance também a pesquisa, a inovação, para que esses  
 277 dados sejam disponíveis. Porque ainda não é uma coisa muito simples conseguirmos fazer refletir em fatores de  
 278 emissão algumas práticas. Por exemplo, a fixação de nitrogênio. Precisamos ter um conjunto bem pesquisado de  
 279 informação que consiga fazer a correlação entre essas práticas todas em fatores de emissão. É o que deve ser feito  
 280 de forma conjunta, setores de governo, setor privado, academias. Temos que avançar, nesse sentido, juntos. Foi a  
 281 mensagem que eu tinha deixado no Comitê do Plano ABC, que convida, inclusive, todas essas áreas de pesquisa  
 282 agropecuária, super de ponta, para que consigamos avançar nesse sentido. Essas necessidades de alinhamento com  
 283 o Inventário nacional, por exemplo, são mitigáveis essas preocupações por entender que também foi construído de  
 284 uma forma bem robusta. O Quarto Inventário Nacional, para o setor de Afolu, teve a coordenação científica do  
 285 Eduardo Assad, que é da Embrapa. Então entendemos que teve um avanço, teve uma participação de quem tem  
 286 conhecimento mais aprofundado em termos de pesquisa, que é a Embrapa, na condução desse instrumento nacional.  
 287 Então teve um alinhamento em termos de metodologia e fatores locais. Podemos até exemplificar alguns casos, mas  
 288 não é o caso, mas os fatores são o que era mais possível de ser representado localmente. É só essa questão que eu  
 289 queria colocar. Vamos continuar disponíveis para ir melhorando, melhorando, melhorando até conseguir o melhor.  
 290 Obrigado.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Obrigado, Alessandro, pelo esclarecimento. Eu acho que é bom  
 291 deixar registrado que, como saímos do nacional, desse Quarto Inventário, os dados foram os utilizados pela própria  
 292 Embrapa, que traz uma tropicalização dessas informações. Logicamente, sabemos que temos que evoluir em alguns  
 293 aspectos, mas buscamos fazer com os dados que tínhamos mais próximos da nossa realidade.” Alessandro Ribeiro  
 294 Campos/Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas, da FEAM: “Senhor presidente, eu queria fazer  
 295 uma reparação aqui, porque fiz agradecimento à Carol, da Seapa, o que seria correto, mas não agradei a todos os  
 296 outros que contribuíram na elaboração desse inventário. Não é um inventário que foi feito sozinho, na verdade,  
 297 foram muitas horas de trabalho. Então faço o agradecimento a todas as áreas que contribuíram, a todos que  
 298 participaram desse grupo de apoio. Eu vou correr o risco de esquecer, porque a memória já não está muito boa, mas:  
 299 Mariana, da SEMAD; Lilian, IGAM; Tamires e Léo, do IFF; a equipe da FEAM toda que participou; Mariana e Pedro, da  
 300 Sede; Carol e Pedro, da Seapa; e todos os outros que colaboraram, a equipe completa do ICLEI, sobretudo a Iris, que  
 301 liderou a parte técnica no desenvolvimento e na condução do inventário. Era só isso, obrigado, mais uma vez.”  
 302 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Obrigado, Alessandro. Eu acho que não temos mais inscritos. Pergunto se tem  
 303 mais alguém que quer fazer alguma contribuição. Não tendo, então eu só vou fazer o registro que o conselheiro  
 304 Victor, da SME, entrou durante a reunião. Então nós só tivemos efetivamente ausente nesta reunião a Una, que não  
 305 teve conselheiro encaminhado para esta reunião. Fica o registro dos presentes na reunião. Eu queria agradecer a

306 todos, agradecer a Secretaria Executiva também, que fez um esforço de fazermos esta reunião extraordinária, que  
307 precisávamos apresentar e iniciar esse processo de participação com essa consulta para todos os atores. E ficamos à  
308 disposição e contamos com a participação de todos na próxima reunião ordinária da CEM. Agradeço a todos. Bom  
309 dia.” **6) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Renato Teixeira Brandão  
310 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

312 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

315 **Renato Teixeira Brandão**  
316 **Presidente da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas**